

FABIO SOUSA MENDONÇA DE CASTRO

ADILSON MARQUES GENNARI

HENRIQUE TAHAN NOVAES

ENTRE O MERCADO E A REVOLUÇÃO: DOIS ESTUDOS DE
CASO DE EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES
NO BRASIL – FLASKÔ E USINA CATENDE

Recebido em 07/05/2019

Aprovado em 02/10/2019

ENTRE O MERCADO E A REVOLUÇÃO: DOIS ESTUDOS DE CASO DE EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES NO BRASIL – FLASKÔ E USINA CATENDE

FABIO SOUSA MENDONÇA DE CASTRO

Economista, doutorando em Economia Política Mundial pela UFABC e professor de ensino superior na FMU.

Contato eletrônico: fabio.castro@ufabc.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-7253-590X>

ADILSON MARQUES GENNARI

Economista e mestre em economia pela PUC-SP, doutor em Ciências Sociais, área de Desenvolvimento e pensamento social, Pós-Doutorado na Universidade de Coimbra. Autor de História do Pensamento Econômico, Editora Saraiva, em co-autoria com Roberson de Oliveira, e de livros e artigos sobre desenvolvimento e realidade brasileira.

Contato eletrônico: gennariadilson@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9409-7848>

HENRIQUE TAHAN NOVAES

Docente da FFC da UNESP - Marília, economista pela UNESP - Araraquara, mestre e doutor pela UNICAMP, autor dos livros *Fetichismo da Tecnologia* e *Mundo do trabalho associado*.

Contato eletrônico: hetanov@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5247-3684>

Resumo

As políticas econômicas de talhe neoliberal, que se tornaram hegemônicas no final do século XX em grande parte da América Latina, levaram à falência muitas empresas que não puderam competir no novo contexto, o que redundou no surgimento do fenômeno da desindustrialização na estrutura produtiva de muitos países, promovendo o desemprego em massa e a degradação das condições de trabalho da classe trabalhadora. Em resposta a esse cenário, em busca de dignidade e sobrevivência, grupos de trabalhadores constituíram uma nova proposta de democratização das relações de trabalho: a recuperação da massa falida de empresas sob o controle operário. Esse fenômeno traz alicerçado em seu cerne a autogestão – apoiados em movimentos sociais, esses trabalhadores buscaram se organizar de forma contra-hegemônica, propondo formas alternativas de relação social de produção dentro do sistema capitalista, capazes de sobreviver às suas regras e encaminhar novas formas de relações com caráter emancipatório em suas comunidades. Este trabalho apresenta dois estudos de caso e um panorama das características do fenômeno das empresas recuperadas por trabalhadores, buscando observar o que elas sinalizam em termos de propriedade coletiva dos meios de produção, de democratização das relações de trabalho e como se relacionam com a sociedade.

Palavras-chave: autogestão; economia solidária; fábrica recuperada, trabalho coletivo.

Abstract

Economic neoliberal policies, that have become hegemonic in the late twentieth century in much of Latin America, bankrupted several companies that could not compete in the new context. This process resulted in the emergence of a de-industrialization phenomenon in the productive structure of many countries, promoting mass unemployment and the degradation of the working class working conditions. In response to this scenario, searching for dignity and survival, workers groups constituted a new proposal for democratization of labor relations: the recovery of the bankrupt firms under workers' control. This phenomenon is based on self-management at its core – supported by social movements, these workers sought to organize in a counter-hegemonic way, proposing alternative forms of social relationship of production within the capitalist system, capable of surviving its rules and to lead new forms of emancipatory relations in their communities. This paper presents two case studies and an overview of the characteristics of the phenomenon of enterprises recovered by workers seeking to observe what they signal in terms of collective ownership of the means of production, the democratization of labor relations and how they relate to society.

Keywords: self-management; solidarity economy; recovered factory; collective work.

Introdução

Compreender as contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista é objeto de pesquisa de muitos trabalhos científicos na tradição do materialismo histórico e dialético. Nesta perspectiva, este trabalho buscará contribuir com o entendimento de um dos movimentos de resistência às mazelas do modo de produção capitalista, em sua faceta da falência de empresas. Ou seja, indica-se a recuperação de empresas pelos próprios trabalhadores e suas transformações nas relações sociais dentro do microespaço da produção.

A aceleração dos efeitos das mazelas oriundas das contradições do modo de produção aqui é abordada a partir da emergência da ideologia neoliberal que em meados da década de 1970 passa a disseminar seus modelos ao redor do globo. Modelos esses que predisõem uma nova divisão internacional do trabalho e impactam radicalmente na estrutura produtiva mundial, afetando de uma forma particularmente perversa os países subdesenvolvidos que haviam passado por um processo de industrialização, como no caso brasileiro. Nestes casos, a marcha ao colapso se dá por um retorno progressivo à teoria das vantagens comparativas, que se traduziu, nos países subdesenvolvidos, em um largo processo de desindustrialização.

No Brasil, é a partir da década de 1990 que este processo fica mais nítido e é também o momento em que muitas empresas do setor de manufatura começam a entrar em falência. A reação a este processo levou alguns grupos de trabalhadores a se oporem ao encerramento das atividades das empresas em que trabalhavam e a assumirem a gestão das mesmas de forma coletiva, dando origem às empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERTs).

O Grupo de Pesquisa em Empresas Recuperadas por Trabalhadores (GPERT) elaborou em 2014 um trabalho de mapeamento das ERTs no Brasil, constatando a existência de 67 empresas sob o controle operário que passaram pelo processo de recuperação. Este mapeamento é o ponto de partida deste trabalho. Além disso, a experiência em empresas brasileiras

será abordada em diálogo com a construção teórica argentina sobre ERT, cuja abordagem apresenta importantes contribuições à compreensão deste objeto, uma vez que, no país vizinho, estas experiências foram e ainda são paradigmáticas.

Na primeira seção deste artigo apresentaremos as características fundamentais deste fenômeno, seu conceito e o contexto da falência da empresa que leva à recuperação pelos trabalhadores, para assim discutir os três pontos que guiam este trabalho: a propriedade dos meios de produção, democracia operária e relações com a sociedade. Na segunda seção são apresentados os dois estudos de caso com o intuito de aprofundar a discussão sobre as ERTs. Já nas considerações finais almeja-se levantar questões sobre os limites e o aprendizado deixado por essas experiências.

I. Empresas recuperadas por trabalhadores

I.1. Conceito de ERT e o contexto da falência das empresas

As ERTs são um processo social e econômico que tem na sua formação e origem a existência de uma empresa nos moldes capitalistas, cujo processo de falência levou os trabalhadores a resistirem por seus postos de trabalho, única forma vislumbrada para sobrevivência, o que os leva quase que necessariamente à “luta por autogestão”¹.

Segundo Ruggeri (2014), as ERTs são a forma como os próprios trabalhadores denominam os empreendimentos, o que, portanto, sinaliza a ocupação de uma empresa preexistente. Por sua vez, depois de estabelecida, a ERT é como qualquer outra empresa convencional, fazendo parte do metabolismo social através da divisão do trabalho, ou seja, participando do sistema de trocas e engendrando relações de trabalho internas e externas a ela. Sua integração com o sistema, todavia, é ambígua, pois muitas de suas atividades

¹ A autogestão dentro de uma unidade produtiva é referente à gestão da produção sob controle dos trabalhadores. O conceito de luta por autogestão é apresentado por Nascimento (2005).

reiteram a natureza do sistema, outras, por sua vez, a negam introduzindo transformações radicais em aspectos econômico-sociais que são fundamentais para a reprodução das regras do mercado (DAL RI & VIEITEZ, 2001, p. 19).

O fenômeno da recuperação de empresas pelos trabalhadores se dá num cenário de crise e falência da empresa. O patrão² deixa de cumprir suas obrigações, principalmente de salário, e promove uma situação crítica para os trabalhadores, que se deparam por vezes com o risco da fome. O desamparo leva os trabalhadores à urgência de agir coletivamente com os outros trabalhadores em situação similar, conduzindo à formação de conselhos que passam a tomar o controle da gestão da empresa.

Nos anos de 1980 tem-se notícia no Brasil dos primeiros casos de ERTs. O primeiro deles é o da Cooperativa Mista dos Têxteis do Estado do Rio Grande do Norte (COMTERN), que surge da conquista do maquinário e do galpão de uma empresa têxtil falida na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, através de leilão do passivo trabalhista em 1982. Ainda na mesma década outros casos emergiram: a empresa Walling Sul, a fábrica de máquinas de escrever Remington e a companhia Brasileira Carbonífera Araranguá, em Criciúma, originando a COOPERMINAS (HENRIQUES, 2013, p. 143).

Este cenário dos anos 1980 no Brasil está muito ligado ao movimento sindical que ganhava força em meio à dissolução do regime da ditadura militar e aos indícios preliminares da ascensão da ideologia neoliberal. Consequentemente, a afirmação desta conjuntura na década seguinte impulsiona a deterioração das condições de trabalho e conduz ao acirramento da luta de classes. Para Singer (1998), o neoliberalismo é uma forma de reação do capitalismo ao poder de barganha dos trabalhadores, conquistado durante os anos dourados do capitalismo.

² “Patrão” é a forma tradicional como o operário se refere ao proprietário da empresa em que trabalha.

Nestes termos, o impasse neoliberal articula-se no sentido de pressionar os trabalhadores a fim de culpá-los pelas mazelas da crise econômica. Todavia, sabe-se que se trata de um esgotamento de um ciclo de acumulação capitalista, que se depara com uma transformação no modo de produção, tendo seus pilares na revolução microeletrônica e na ascensão do capital financeiro³.

A revolução microeletrônica permitiu às empresas assentadas nos países centrais, através de avanços radicais nas possibilidades de controle da produção, iniciarem um processo de transferência das plantas industriais para a periferia do sistema. Nesse sentido, as grandes corporações puderam elevar suas taxas de lucro ao transferirem a produção para locais cuja força de trabalho era relativamente mais barata.

Em outras palavras, esta etapa da globalização do capitalismo possibilitou uma expansão das fronteiras da exploração por parte das empresas dos países centrais, viabilizada pelos massivos volumes de capital relativos à intrínseca relação entre o capital bancário e o produtivo, entendido por Hilferding (1985) como capital financeiro.

Por outro lado, a dissolução da União Soviética no início dos anos 1990 significou a concomitante crise global sem precedentes da classe trabalhadora. Nessas condições, o “trabalhismo”, ou seja, a forma das relações de produção característica da era de ouro do capitalismo, em que se afirmou a busca pela universalidade dos direitos do trabalhador, passa a ser o alvo preferencial das políticas dos governos neoliberais, cujos inimigos são tanto o Estado do bem-estar social europeu, o socialismo real e o chamado nacional-desenvolvimentismo na América Latina.

Alguns países da América Latina, principalmente aqueles que, em alguma medida, estabeleceram uma estrutura produtiva baseada na indústria e passaram a se inserir na divisão internacional do trabalho enquanto fornecedores de manufaturados, tornaram-se alvos de uma pressão irreversível

³ Para saber mais sobre a revolução microeletrônica consultar, Bacchi (2008).

para voltar a cumprir seu pretérito papel na divisão mundial do trabalho, ou seja, reprimarizar a produção.

No Brasil, esse movimento explode com a crise da dívida nos anos de 1980, mas vai ficando claro no decorrer da década de 1990, sobretudo com a abertura comercial e financeira, finalmente concretizadas no plano real, levando à falência muitas empresas, dadas as elevadas taxas de juros e a taxa de câmbio valorizada que se estabeleceram. Ou seja, não havia como concorrer dentro da lógica da acumulação capitalista com as mercadorias importadas que radicalmente entravam no país, oriundas de regiões com elevadas produtividades.

É no seio dessa conjuntura que se sedimenta o processo de falência massivo de empresas brasileiras. Essa conjuntura abriu um espectro de contestação popular que, em uma de suas frentes, apresenta-se na luta pela manutenção de postos de trabalho, resultando no surgimento de dezenas ERTs.

1.2. A propriedade coletiva

O primeiro ponto e fundamento da ERT é a questão da propriedade. Marx (2008, Livro III) apresenta que a “primeira ruptura com a velha forma” é a não existência da relação de classes dentro da unidade produtiva, mesmo que os trabalhadores venham a reproduzir a lógica de exploração sobre si mesmos.

No caso das ERTs, o suposto rompimento com a alienação dos meios de produção se dá num contexto de desconstrução. Os trabalhadores se veem na iminência de romper com a lógica do explorador e explorado no mesmo cenário em que, por anos, foram submetidos às regras do modo de produção hegemônico.

Nesse sentido, os trabalhadores tendem a postular que o funcionamento da ERT sob controle operário não foi uma situação desejada por eles. Agiram pela necessidade de conservar seus empregos e alimentar suas famílias. Esta particularidade evidencia que não há um caráter agressivo e

conscientemente organizado pelos trabalhadores contra o sistema de propriedade privada (RUGGERI, 2014, p. 21).

Para Dal Ri e Vieitez (2001), a ideia de que os trabalhadores associados são os novos donos da empresa não é totalmente correta. No limite, o único bem que realmente conta para os trabalhadores é o fato de serem membros de uma comunidade de trabalho. Mesmo assim, essa transformação diferencia a ERT da empresa convencional, que acumula excedentes para uma classe social em oposição a outra. Na ERT o que move os trabalhadores é “a reprodução da comunidade de trabalho em si mesma, ou seja, a criação, manutenção e reprodução dos postos de trabalho e consequente produção e distribuição de renda” (DAL RI & VIEITEZ, 2001, p.60).

Ressalta-se que na maioria das ERTs a luta dos trabalhadores não foi contra o patrão e muito menos houve resistência dos empresários contra a perda da propriedade, tendo em vista que os mesmos, em geral, “desapareceram”⁴ depois do processo de falência, precarização e sucateamento da unidade produtiva. Trata-se, por conseguinte, de uma luta contra os mecanismos previstos em lei para a liquidação dos bens das empresas quebradas e contra um sistema judiciário repressivo (RUGGERI, 2014, p. 21).

Nesses termos, há em alguma medida resistência dos trabalhadores a assumirem a propriedade coletiva dos meios de produção por meio de cooperativas. Por um lado, porque para isso devem abdicar do passivo de direitos trabalhistas que foi deixado pelo antigo dono e, por outro lado, como identifica Henriques (2013) ao observar a recuperação da Fábrica Zanón na Argentina, a propriedade pode significar um aburguesamento das relações de trabalho e perda da identificação operária.

O que fica explícito com relação à propriedade dos meios de produção, independente da forma jurídica assumida para que os trabalhadores organizem

⁴ O termo “desapareceram”, entre aspas, remete à característica destas falências, que tende a ser, de certa forma, desejada pelo proprietário, que já não almeja manter a unidade produtiva em funcionamento, por isso desaparecem, ou seja, não têm interesse no processo. Quer dizer: não havia interesse entre os capitalistas locais em nadar contra a corrente do capital mundial.

a produção, é que a figura do patrão está extinta nas relações sociais que ocorrem no microcosmo produtivo. Uma vez que a figura do patrão desaparece, as relações de produção assumem um novo caráter que possibilita outro espectro de organização social dentro da empresa, que evidentemente esbarra nos obstáculos impostos pela cultura de trabalho já estabelecida. A ausência de patrão, muitas vezes, constitui uma situação conflituosa para os trabalhadores, que estavam acostumados à subordinação e passam a ter que tomar decisões importantes para o processo de produção.

O rompimento desse pilar das relações de produção gesta a possibilidade de transformação da empresa tradicional em ERT. Ao mesmo tempo, deve-se ter em mente que não se trata da expropriação do capitalista pelos trabalhadores, ou seja, não se observa uma insurgência operária. O papel dos trabalhadores é cravado na busca da manutenção de seus postos de trabalho e renda contra a lógica da ampliação do exército industrial de reserva. Lógica essa que encontra na legalidade, quase sempre, vantagens aos proprietários em oposição ao alienado.

Assim sendo, a questão da propriedade aparece de forma muito incerta. Ruggeri (2014) aponta que há quem acredite que não há força para avançar para a propriedade coletiva e social, e, portanto, o “limbo” jurídico a que estão submetidas grande parte das ERTs é, por hora, a melhor condição possível. Há certo receio de que avançar a reivindicação da propriedade para os trabalhadores pode estimular que as esferas do poder coloquem em xeque a existência do controle operário.

1.3. A socialização do poder

Uma vez que a figura do patrão já não rege as relações sociais dentro da unidade produtiva, passa-se a pensar no processo de transformação da produção para as formas autogestionárias, o que implica a necessidade de importantes mudanças na organização do processo de trabalho. É na gestão dos trabalhadores, a autogestão, que se observa a busca pela democratização das relações de trabalho, e é essa prática democrática que possibilita

o desenvolvimento da consciência operária. Rosa Luxemburgo explicitou este processo muitos anos antes:

Se para a burguesia a democracia tornou-se supérflua ou mesmo incômoda, é, ao contrário, necessária e indispensável à classe operária. É necessária em primeiro lugar porque cria formas políticas [...] que servirão de pontos de apoio ao proletariado em seu trabalho de transformação da sociedade burguesa. Em segundo lugar, é indispensável porque só por meio dela, na luta pela democracia, no exercício de seus direitos, pode o proletariado chegar à consciência de seus interesses de classe e suas tarefas históricas. (LUXEMBURGO, 2005, p. 101)

Neste contexto, a busca por democratização das relações de trabalho dentro das ERTs tem uma característica peculiar. Há a necessidade de transformar as relações de trabalho dentro do mesmo ambiente e com as mesmas pessoas. Além disso, em geral, os trabalhadores que permanecem na empresa para encarar o processo de recuperação não têm experiência na gestão empresarial e social, ou seja, suas armas para colocar a empresa em funcionamento são sua força de trabalho e os conhecimentos referentes ao exercício profissional (DAL RI & VIEITEZ, 2001, p. 83-84).

Entretanto, mesmo com este cenário, como não tinham saída, na falta do capitalista, os trabalhadores optaram por tomar o controle da produção e iniciar o processo de recuperação das empresas por eles mesmos de forma coletiva. Para Dal Ri e Vieitez, “somente no âmbito de atuação do trabalhador coletivo essas propriedades transformam-se em forças produtivas” (*ibidem*, p. 84).

É desta condição, portanto, que emerge a possibilidade de socialização do poder nas ERTs. Os trabalhadores estão supostamente em condição de igualdade na empresa, possibilitando uma organização mais democrática nas relações de produção. A expressão desta democracia operária se dá nas assembleias gerais, que se baseiam na ideia de que todos os trabalhadores têm espaço para colocar suas opiniões e deliberar coletivamente sobre a organização da empresa como um todo.

Vale ressaltar que assembleia geral não é uma novidade ou invenção das experiências de ERTs. Trata-se de uma tradição do movimento operário para legitimar decisões coletivas. Tampouco está relacionada à adoção da forma jurídica de cooperativa de trabalho, ou seja, apesar de estar regulamentada, no caso do Brasil, pela Política Nacional de Cooperativas, a assembleia geral está presente nas experiências de ERTs mesmo quando não adotam este modelo.

Complementa a organização das relações de trabalho nas ERTs a formação do conselho administrativo, que é um grupo de trabalhadores, eleitos em assembleia, responsável por tomar determinadas decisões sem a necessidade de assembleia geral, a fim de dinamizar processos cotidianos da produção. Em muitas cooperativas tradicionais, o conselho acaba assumindo o papel de uma diretoria de empresa capitalista, afastando-se do caráter democrático que se almeja no trabalho associado e menosprezando a importância da assembleia. No caso das ERTs, é notável que, em geral, os conselhos tendem a não assumir este caráter de diretoria capitalista, ou seja, o conselho serve de apoio às assembleias, e são essas que tomam as importantes decisões da gestão da empresa (RUGGERI, 2014, p. 89).

Estas características conformam, portanto, novas formas de organização interna, formais e informais, que impactam a perspectiva do modo de produção dentro da empresa. Não há um rompimento com a reprodução capitalista, uma vez que as empresas seguem participando do mercado e utilizando a mesma base técnica, mas há a possibilidade de formatar um ambiente alternativo de trabalho, onde práticas autogestionárias têm encontrado ambiente fértil para sua reprodução.

No processo de recuperação da empresa, em geral, os trabalhadores que conduzem a ação são aqueles do “chão de fábrica”, fato que exigiu, na maioria dos casos, a superação da ausência de gestores e quadros administrativos. Esta superação se dá, além da formação dos conselhos administrativos e pela organização de assembleias, por significativas modificações no processo de trabalho: o espaço deixado por uma “elite” empresarial propaga o

desenvolvimento do trabalhador coletivo autogestionário. Ou seja, a ruptura entre o trabalho manual e intelectual dentro da empresa é atenuada, ou até eliminada.

A primeira mudança se dá na redistribuição das tarefas, muitas vezes com múltiplas funções por pessoa, formando, em consequência, um trabalhador flexível, capaz de desempenhar funções distintas. Na mesma linha, a fim de disseminar o conhecimento do processo produtivo, mesmo enfrentando alguns níveis de resistência, muitas ERTs buscam adotar a rotação de funções no processo produtivo, o que possibilita o intercâmbio de conhecimento e evita a paralisação na produção no caso da ausência de um trabalhador especializado (*ibidem*, p. 85).

Outra importante mudança no processo produtivo refere-se ao ritmo de trabalho, pois o trabalhador sente-se mais relaxado no aspecto do controle da produção. Desta forma, aparecem formas mais humanas de organização da produção. Há um complexo universo de alternativas adotadas, mas são observados alguns casos de ausência do cartão de ponto, maiores tempos de almoço e outros descansos, escuta-se música e há até redução da jornada de trabalho. Entretanto, muitas vezes este relaxamento inicial vai dando espaço à adoção de novas normas e controle do trabalho, o que às vezes acarreta no que alguns autores chamam de autoexploração do trabalhador, tendo em vista que, por se sentir “dono” do próprio trabalho, o trabalhador predispõe-se a trabalhar mais tempo e com mais intensidade quando necessário (*ibidem*, p. 85-86).

Vale observar que essas mudanças no processo produtivo, que muitas vezes se apresentam de forma contraditória, acarretam em melhorias na organização do trabalho, o que garante, num primeiro momento, a sobrevivência destas experiências no mercado, mesmo nas condições adversas em que se encontram. O fato de os trabalhadores não estarem mais alienados do “todo” no processo produtivo, tendo em vista que participam das decisões e conhecem as etapas da produção, é fundamental para alavancar esta

organização coletiva do trabalho e, por exemplo, é muito significativa a redução no número de acidentes de trabalho nas ERTs.

Em síntese, essa socialização do poder tem condicionado mudanças na subjetividade do trabalhador. A experiência de luta e de vida leva o trabalhador autogestionário a assumir uma consciência distinta do trabalhador assalariado, algumas vezes consciente de seu papel de vanguarda nos processos de transformação social (*ibidem*, p. 92).

1.4. Relação com os movimentos sociais e a comunidade

É indissociável pensar no processo de recuperação de uma empresa pelos trabalhadores sem ter uma correlação política de alavanca. O próprio avanço das experiências de ERTs fomentou a organização de frentes de apoio à manutenção e recuperação destas empresas, muitas vezes assumindo papel de movimento social, ao mesmo tempo em que a relação com outros movimentos sociais e com as comunidades envolvidas intensificam-se.

Por se tratar de um processo, e não de algo pronto, a inserção de uma ERT na economia e na sociedade tende a se transmutar com o passar do tempo e de acordo com as condições galgadas na luta social. Avaliando isto, é possível observar as relações entre as experiências de ERTs com movimentos sociais e comunidades em três processos distintos: na recuperação da empresa para o controle operário; na manutenção da produção e dos postos de trabalho e na atuação para além dos muros da unidade produtiva e do âmbito da produção.

1.4.1. Recuperação da empresa

No processo de recuperação da empresa para o controle operário, há uma significativa aliança com os sindicatos. Segundo estudo do GPERT (HENRIQUES *et alii*, 2013), 61% dos casos de ERTs receberam algum tipo de apoio dos respectivos sindicatos no processo de recuperação, de diversas maneiras, como por exemplo: disponibilizaram instalações para reuniões e reorganização das atividades da empresa, doaram cestas básicas,

prestaram assessoria jurídica e administrativa e disponibilizaram serviços de transporte.

Essa aliança apresenta a importância das organizações dos trabalhadores, pois na eminência da ação popular, os atores têm algum pilar para se apoiar e resistir frente à pressão capitalista. Todavia, vale ressaltar que nem sempre os sindicatos estão preparados para essa situação. Aparentemente, no Brasil esse apoio apresenta-se na maior parte dos casos porque grande parte das ERTs, 45% das experiências, abrange uma categoria em que a organização dos trabalhadores é historicamente de resistência: os metalúrgicos.

Na Argentina, por exemplo, Ruggeri (2014) aponta que os sindicatos claudicavam e desconheciam a recuperação de empresas por trabalhadores, salvo poucas exceções, e os trabalhadores não se sentiam representados por organizações do cooperativismo tradicional. O que caminhou para que agrupamentos de ERTs passassem a surgir frente à necessidade de representação junto aos poderes públicos e para desenvolver laços orgânicos de solidariedade entre as empresas.

Neste mesmo sentido é que no Brasil surge a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), em 1994, a fim de auxiliar a luta pela recuperação de novas empresas e formação e estruturação das mesmas depois do processo de recuperação. Outras duas organizações surgem posteriormente no intuito de assessorar empreendimentos solidários, dentre os quais as ERT: a UNISOL, em 1999, junto à CUT (Central Única dos Trabalhadores), e o Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO), em 2002, cuja reivindicação baseia-se na estatização das ERTs sob controle operário (HENRIQUES, 2013, p. 183).

Essas organizações passam a ser as principais alavancas políticas no processo de recuperação de uma empresa por trabalhadores, todavia, outras organizações sociais, partidos políticos, outras empresas recuperadas e a comunidade, também podem influenciar neste processo que, contudo, tem em seu cerne a determinação do próprios trabalhadores na luta pela manutenção de seus postos de trabalho.

1.4.2. Manutenção da produção

Para a manutenção da produção e dos postos de trabalho, a relação com a sociedade e com os movimentos sociais segue uma linha muito similar ao processo de recuperação, pois são projetos inacabados construídos dia após dia pelos trabalhadores. Esta característica de projeto em processo, alicerçado pelas condições de rompimento da relação explorador-explorado e de gestão democrática dos trabalhadores, explicita a constante necessidade de resistência das ERTs, sendo essencial o poder de pressão dos movimentos e organizações sociais frente ao poder público e ao capital para que as empresas não sejam fechadas.

Importante ressaltar que, apesar do caráter solidário adotado nas ERTs, a lógica da produção não se desvencilha do mercado, portanto, “cada empresa é compelida a cuidar de seus negócios e a competir no mercado” (DAL RI & VIEITEZ, 2001, p. 133). Essa contradição apresenta-se como um entrave, por exemplo, na relação entre empreendimentos solidários, pois a intercooperação acaba tomando caráter predominantemente comercial, deixando de reproduzir a determinação solidária, esmorecendo o impulso para formação de redes de cooperação na luta por autogestão.

Desta forma, a relação das ERTs com movimentos organizados da sociedade tende a ser um pilar importante para a manutenção da produção. Tendo em vista que, muitas vezes, os trabalhadores não têm uma prévia formação política que oriente o espírito de determinação radical despertado na iminência do desemprego, a aproximação de movimentos sociais tende a fortalecer o intento dos mesmos, possibilitando enxergar a importância de seu papel enquanto sujeito da história.

No entanto, no estudo do GPert (HENRIQUES *et alii*, 2013), verificou-se que apenas 19 ERTs declaram ter relação com movimentos sociais ou partidos políticos, para além das organizações de assessoria à economia solidária. Ou seja, fica evidenciado que a maioria dos experimentos de ERTs está posicionada de forma defensiva, na busca pela manutenção de seus postos de trabalho, sem se prospectar como uma alavanca para a transformação

social. Porém, há casos que tentam conduzir um caminho alternativo para essas experiências, o que fica mais claro observando o movimento para além dos muros da empresa.

1.4.3. Para além dos muros da empresa

Para além dos muros da unidade produtiva e do âmbito da produção, eleva-se o ponto em que a ERT pode se prospectar como um espaço de transformação social. Para compreender esta importância, volta-se à obra de Mészáros como apresentado por Novaes:

[...] podríamos interpretar la obra de Mészáros (2002), cuando este señala la necesidad de “ataques dobles”. Es decir, la necesidad del control coordinado de la producción mediante la democracia substantiva de los productores tanto en la empresa como en toda la sociedad. En el caso de las fábricas recuperadas, el control global de la industria por los productores asociados, además del control de fábricas separadas, Mészáros aboga que los Consejos de Trabajadores deben cumplir el papel de mediadores materiales efectivos entre el orden antiguo y el orden socialista anhelado (NOVAES, 2012, p. 186).

O que se pode verificar nesta ideia é que a proposta de ataques duplos consiste em romper os pilares aqui apresentados para manutenção da produção nas ERTs e, para além disso, disseminar, na sociedade como um todo, a experiência de controle operário e de democracia direta. Concomitantemente, por se tratar de experiências que conformam a desconstrução de uma estrutura típica capitalista e que passam a ser organizadas por trabalhadores associados, os meios democráticos deste tipo de experiência podem cumprir o papel de mediadores para a transformação social na sociedade como um todo.

Portanto, o que se expõe nesse pensamento é que, apesar do movimento legítimo de resistência e contestação que se eleva nas experiências de ERTs, o isolamento dentro da unidade produtiva limitado à manutenção dos postos de trabalho, sem prospectar uma aliança transformadora junto à sociedade,

tende a transformar os trabalhadores em proprietários, colocando-os na defesa de interesses privados contra o coletivo.

Por isso é importante destacar que há entre as experiências de ERT casos de avanços para além dos muros da empresa e para além do âmbito produtivo. Segundo o estudo do GPERT (HENRIQUES *et alii*, 2013), quando questionaram as 67 experiências de ERTs sobre a relação com a sociedade, apenas 49 delas responderam acerca deste tema, sendo que, deste total, 26% definem seu papel como geradora de vínculo de solidariedade. Este baixo percentual parece ter importante relação com o que já foi referido acima, quando tratada a relação das ERTs com movimentos sociais e partidos políticos.

Mesmo que em número reduzido, as ações para além do âmbito produtivo realizadas pelos trabalhadores têm promovido transformações pontuais em comunidades próximas às ERTs, para além da geração de emprego e renda. Por exemplo, no mesmo estudo foi verificado que em 18 experiências de ERTs há a realização de atividades culturais que envolvem a comunidade e, além disso, destas mesmas empresas:

[...] 33% efetuam doações; 28% organizam festas e eventos, tanto para os trabalhadores da empresa como para a comunidade; 11% organizam cursos de formação; 28% realizam “outros” tipos de atividades. Dentro da categoria “outros” podemos destacar: as visitas na fábrica, a implementação do programa federal Primeiro Emprego, a organização de palestras e atividades esportivas, a apresentação de peças de teatro, a organização de missas. Além disso, existe uma ERT que possui biblioteca aberta à comunidade e também doou um terreno para a construção de uma escola (ibidem, p. 173).

Destarte, este é o cenário de inserção das ERTs na sociedade. Não existe uma conduta unificada que possa caracterizar um movimento coeso, trata-se de um conjunto de empresas que lutam para sobreviver às duras regras do mercado a fim de manter seus postos de trabalho e renda. Entretanto, cabe ressaltar que o processo de transformação que são compelidos a enfrentar para este fim tem promovido algum nível de conscientização solidária

entre os trabalhadores e, em alguns casos, há propostas que vislumbram atingir a sociedade para além dos muros da empresa e do âmbito da produção, levando à disseminação das experiências em suas comunidades.

2. Estudos de caso

Traçado este panorama das ERTs, abarcando a transformação a que estão fadadas e entendendo que se trata de um processo, nesta seção, o objetivo é observar dois estudos de caso no intuito de ilustrar o entendimento acerca dos limites e potencialidades destas experiências. A maior parte dos dados apresentados – exceto algumas informações obtidas posteriormente via comunicação direta com os atores – são provenientes de pesquisa de campo realizada em cada uma das experiências apresentadas, através de métodos de entrevista semi-estruturada e observação direta, cujos resultados foram apresentados na dissertação de nossa autoria, intitulada *Autogestão no Brasil* (CASTRO, 2015).

A escolha das experiências foi pensada a fim de observar casos que se tornaram paradigmas entre as ERTs, no sentido de que apresentam significativo debate dentro dos movimentos sociais. A primeira delas é a Fábrica Ocupada Flaskô, localizada em Sumaré, no estado de São Paulo, que se apresenta com a bandeira do Movimento das Fábricas Ocupadas pela estatização da fábrica sob controle operário. A segunda é a Usina Catende, localizada em uma série de municípios da região da Zona da Mata, com sede na cidade de Catende, no estado de Pernambuco, que já não produz, porém a recuperação da memória dessa experiência, que foi tratada como a “Comuna de Catende”, instiga qualquer pesquisa.

2.1. Fábrica Ocupada Flaskô

A Flaskô é uma fábrica da indústria química que produz tambores e bombonas plásticas desde 1979. A empresa fazia parte de um grupo econômico, chamado Grupo Empresarial HB, que era focado na manufatura e

comercialização de bens de consumo oriundos de resinas termoplásticas. Grupo em que estavam também as fábricas Cipla e Interfibras. Hoje os trabalhadores a denominam Fábrica Ocupada Flaskô.

A ocupação se dá, após um intenso processo de greves, em 12 de junho de 2003, quando os trabalhadores tomaram o controle da fábrica, organizando o conselho administrativo e assembleias gerais para gerir a produção e a administração da empresa. Todavia, para compreender a história da ocupação, é preciso remontar à história das outras duas fábricas: Cipla e Interfibras.

Em 2002, na cidade de Joinville-SC, os trabalhadores da Cipla e da Interfibras, na luta para cobrar salários atrasados e condições de trabalho, com apoio da organização política Corrente Trabalho do Partido dos Trabalhadores (PT), ocuparam as fábricas e organizaram uma comissão para gestão, o que deu origem ao MFO (Movimento das Fábricas Ocupadas), cuja reivindicação é a estatização das fábricas sob controle operário. Em 2003, num momento de euforia dos trabalhadores, tendo em vista a ascensão ao poder do PT, na figura do então Presidente Lula, os trabalhadores do MFO partiram para Brasília a fim de ampliar a luta por estatização das fábricas.

No meio do caminho passaram em Sumaré-SP para discutir a situação com os trabalhadores da Flaskô, que passavam por um processo similar de degradação das condições de trabalho e atraso de salários. Neste ínterim, alguns trabalhadores da Flaskô seguiram juntos com a comitiva para a reunião com o Presidente da República. Contudo, não lograram êxito quanto à estatização da Cipla e da Interfibras, uma vez que o Presidente Lula alegou não poder abrir precedente, pois acabaria por servir de exemplo para qualquer outra fábrica que passasse por dificuldades. No retorno a Sumaré, foi decidida a ocupação da Flaskô a fim de lutar pela manutenção dos postos de trabalho.

Como não houve efetivamente a falência da fábrica, apesar do sucateamento, os trabalhadores seguiram empregados⁵ pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e emitindo notas fiscais pelo CNPJ⁶ da empresa Flaskô, porém, a gestão passou a ser organizada por uma associação dos trabalhadores: Associação Hermelindo Miquelace, nome dado em homenagem a um antigo trabalhador da fábrica.

A fábrica, que no auge chegou a empregar mais de 500 trabalhadores, contava com aproximadamente 50 funcionários quando houve o processo de ocupação. Com a retomada da produção, a fábrica logrou inclusive ampliar as operações, contratando mais força de trabalho, tendo no ápice, em 2007, mais de 100 trabalhadores.

2007 foi um ano chave: foi quando a justiça impôs intervenção nas fábricas ocupadas, levando ao fechamento da Cipla e da Interfibras. A sentença foi revertida pela Flaskô, que conseguiu manter as operações por estar em outro estado do país. Entretanto, a reversão da sentença não foi vista com bons olhos e a fábrica sofreu uma série de punições que tentavam derrubar o controle operário. Durante 45 dias tiveram o fornecimento de energia cortado, o que danificou algumas máquinas e desencadeou uma série de atrasos nos salários, reduzindo consideravelmente a quantidade de funcionários.

Contudo, os trabalhadores resistiram e conseguiram restabelecer o fornecimento de energia e retomar as operações da fábrica. Desta vez com um cenário ainda mais desafiador, em que, por exemplo, trabalhadores do chão de fábrica assumiram cargos administrativos, mesmo sem experiência. Isso fica claro quando um trabalhador que era motorista passou a ser responsável pelo setor comercial, aproveitando o conhecimento que tinha dos clientes, uma vez que ele constantemente entregava produtos aos mesmos.

Hoje por volta de 40 trabalhadores mantêm a resistência da Flaskô, porém, há a constante ameaça de fechamento da fábrica e leilões do maquinário, o

⁵ Inclusive, os trabalhadores que eram terceirizados foram contratados e passaram a ser funcionários da Flaskô.

⁶ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

que é combatido com o apoio dos movimentos sociais. Quando é anunciado um leilão, a organização dos trabalhadores faz mobilizações em frente ao fórum onde acontece o possível arremate com a bandeira: “Se arrematar não vai levar, porque se levar vai desempregar”. Nos 15 anos de ocupação mais de 200 leilões ocorreram e nenhuma máquina foi arrematada.

Por isso, é possível verificar que há uma forte aliança com movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto), cujo objetivo é a ocupação buscando um amparo institucional do governo para manutenção das atividades e democratização do acesso à terra, à moradia e ao trabalho. “Há uma interseção nessas lutas no que diz respeito ao interesse na desapropriação de terras, fábricas ou prédios e no cumprimento da função social da propriedade” (HENRIQUES, 2013, p. 255).

Essa aliança possibilitou o fortalecimento da Flaskô e aumentou o poder de pressão frente às adversidades que se apresentam para a manutenção da produção. Desta forma, é possível visualizar que o controle operário da fábrica vai além do âmbito produtivo, pois se articula na luta social para legitimar suas ações de enfrentamento, o que caracteriza-se tanto de dentro para fora como de fora para dentro, buscando uma alternativa às mazelas do capitalismo através da luta coletiva.

O cotidiano da Flaskô é marcado pela instabilidade. Além da pressão exercida pelo poder judiciário, há sempre a ameaça, ou efetivo, de corte de energia elétrica e há também questões financeiras como falta de crédito e elevado endividamento, o que dificulta o acesso à matéria-prima e a mantém em permanente grau de defasagem tecnológica. Estas características promovem tensionamentos constantes na fábrica e, uma vez que o mercado em que a empresa atua é regido pelas leis do capital, é exigido dos trabalhadores muito além da força de vontade para que se mantenham operando.

Entre outras coisas, as máquinas da Flaskô são antigas e com uma produtividade muito abaixo das empresas concorrentes do setor, o que em tese, pelas leis econômicas neoclássicas, determinariam um custo unitário

muito mais elevado frente às concorrentes. Este fato tenderia a pressionar a empresa a adotar preços competitivos que não se adequariam aos custos de produção, o que a levaria a encerrar suas atividades. Entretanto, o mercado em que atua a Flaskô é oligopolizado e possui demanda reprimida, portanto, toda mercadoria produzida pela fábrica é vendida, e, além disso, só não produz mais pela falta de condições de crédito para comprar matéria-prima.

Esse empecilho leva a Flaskô muitas vezes a se submeter ao mercado de maneira indireta através de atravessadores que levam matéria-prima à Flaskô e terceirizam a produção, obrigando-a a vender a mercadoria a um preço muito abaixo do que venderia em caso de adquirir a matéria-prima por conta própria.

As dificuldades de manter uma unidade produtiva em funcionamento dentro do mercado regido pelas leis do capital são inúmeras para uma empresa que estava à beira da falência e foi recuperada por seus trabalhadores. Para interpretar como é possível que neste cenário a fábrica mantenha seu funcionamento há mais de 15 anos, cabe verificar as três óticas apresentadas na primeira seção.

A questão da *propriedade coletiva dos meios de produção* não é necessariamente uma das bandeiras defendidas pelos trabalhadores da Flaskô, pois não existe a perspectiva de se tornarem “donos”, tendo em vista que defendem a estatização da fábrica sob controle operário. Ressalta-se que a ruptura da relação explorador-explorado não se deu de forma “romântica”, nem mesmo de uma ação de insurgência operária. O sucateamento da fábrica tornou-se evidente e o atraso de salários, falta de energia elétrica constante e falta de água conduziram os trabalhadores a uma condição de risco. É nesse cenário que os trabalhadores concluíram que ocupar seria a melhor opção frente à possibilidade de desemprego.

Essa ruptura, em que a figura do patrão é extinta dentro da empresa, promove a emergência de uma nova organização do trabalho, e se destaca que o trabalhador já não se sente subjugado pela supervisão patronal, oferecendo

sua força de trabalho para contribuir com o avanço do trabalho coletivo. Por exemplo, o trabalhador que antes não podia nem ao menos sair de seu posto de produção para ir ao banheiro, a partir do controle operário tem essa liberdade sem julgamentos. Eles costumam dizer que já não há o “chicote do patrão”.

Este detalhe sedimenta um trabalhador muito mais motivado, envolvido com a empresa e conhecedor do processo produtivo do início ao fim, muitas vezes estando flexível para atuar em postos diversos na emergência de substituir algum companheiro de trabalho que se ausenta. Essas características possibilitaram a significativa redução da quantidade de acidentes de trabalho e, também, a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução dos salários. De tal sorte que é possível encontrar na Flaskô indícios da presença do trabalhador coletivo autogestionário.

A questão da *democratização das relações de trabalho* ampara-se nos princípios do cooperativismo, apesar de os trabalhadores não adotarem a forma jurídica de cooperativa. A formação do conselho de fábrica e a constante prática de assembleia geral, assim como a contínua comunicação entre os trabalhadores, aproximam-nos e os fazem sujeitos da grande maioria das decisões. Todos os funcionários da Flaskô são membros da Associação dos trabalhadores, tanto os antigos como os novos que entram na fábrica, portanto, seguem a regra de uma cabeça igual a um voto.

Para além dos muros da empresa é onde se observam os elementos que permitem entender o potencial transformador da resistência da Flaskô. Há muita atividade envolvendo a comunidade ao redor da fábrica e há um intenso interesse em disseminar a experiência do controle operário. Destacam-se a existência da “Fábrica de Cultura e Esportes” – instalada em um galpão inutilizado da fábrica, onde são organizados diversos eventos culturais e atividades voltadas para política e educação, com intenso envolvimento da comunidade ao redor– e a Vila Operária e Popular, assentada em três quartos da área da propriedade da empresa, que abriga 550 famílias e foi pensada e organizada na aliança dos trabalhadores da fábrica com o movimento de

luta por moradia da região, almejando a regularização como um bairro da cidade.

Evidentemente, não se trata de um ambiente sem imperfeições e contradições. A Flaskô sobrevive mês a mês sem saber se continuará funcionando no dia seguinte, devido, principalmente, ao alto endividamento, aos constantes cortes de energia elétrica e ao risco de as máquinas deixarem de funcionar⁷. Este cenário de incertezas exige uma organização dinâmica e articulada dos trabalhadores. A Flaskô, neste sentido, alcançou o status de um significativo espaço de debates do meio acadêmico e militante no Brasil e no exterior, tornando-se referência das discussões sobre controle operário.

2.2. Usina Catende

A Usina Catende, localizada no município de Catende-PE, que possui engenhos em Palmares, Jaqueira, Xexéu e Água Preta, na Zona da Mata pernambucana, remonta a uma história de mais de 100 anos, chegando, no auge, ao posto de maior usina de cana da América Latina, com 70.000 hectares. Além desta dimensão, a usina possuía mais de 150 quilômetros de rede ferroviária e uma hidrelétrica própria.

No início dos anos 1990, a Usina Catende reunia um complexo de 48 engenhos, distribuídos em 25.000 hectares. Sua produção de açúcar e álcool envolvia um elevado percentual da população da região, sendo aproximadamente 500 trabalhadores na cidade e 2.500 trabalhadores no campo. Estimava-se que quase 20.000 pessoas dependiam do trabalho disponível na produção da usina para sua sobrevivência.

A organização do trabalho em Catende formatava-se em um modelo semi-feudal, caracterizado pela intensiva submissão e pelo trabalho exaustivo. Além disso, nas terras onde moravam os trabalhadores do campo, não era permitido praticar nenhum tipo de atividade na agricultura ou pecuária

⁷ No momento da divulgação deste artigo, a Flaskô passa por um período de quase um ano com o fornecimento de energia interrompido. A produção está parada, mas a ocupação da fábrica permanece.

familiar, sob o risco de perseguição ou até morte, tendo em vista que relatos apontam que os capatazes, muitas vezes, andavam com porte de arma de fogo para vigiar os engenhos. Como boa parte dos trabalhadores era contratada apenas nos períodos de safra, a fome era recorrente nas entressafras.

A crise na usina tem origem com o fim do programa Pró-Álcool, durante o governo do Presidente Fernando Collor, que desarticulou o poder dos usineiros da região e promoveu o desemprego em massa. A Usina Catende foi muito afetada por essa crise e em 1993 inicia-se um processo de não pagamento dos salários e direitos trabalhistas e de demissões em massa.

Para entender o movimento de resistência dos trabalhadores que se instaurou em Catende a partir de então, é preciso lembrar que a região havia sido palco, no passado, de grandes lutas sociais. A mais impactante refere-se à luta quilombola, tendo em vista que boa parte dos engenhos da Usina Catende estava sobre áreas que no passado foram parte do paradigmático Quilombo dos Palmares, idealizado na figura de Zumbi dos Palmares. Mais recentemente, nos anos 1960, no imaginário da organização operária-camponesa, recordam-se as históricas lutas de Miguel Arraes, Francisco Julião e Gregório de Bezerra nas chamadas ligas camponesas. A memória da luta social não abandona a classe dos trabalhadores e, com essa contextualização, é possível ter idéia do porquê da determinação dos trabalhadores que resistiram na Usina Catende.

Trata-se, aqui, de um resgate da memória da resistência da usina, tendo em vista que desde 2012 ela foi obrigada, por uma decisão judicial, a encerrar suas atividades, promovendo o sucateamento das suas instalações e o desemprego da população da região, levando os trabalhadores a uma condição de risco, com insegurança alimentar, acarretando num esvaziamento das cidades e abandono do campo. A única luta que ainda resiste na região é a busca pelos direitos trabalhistas devidos aos trabalhadores da Usina Catende, possíveis de serem pagos através do leilão das instalações da usina.

De 1993 a 2012, nos quase 20 anos de luta, a experiência da Usina Catende demonstrou que os trabalhadores têm condições de gerir a usina através da

autogestão. Entre outras coisas, porque distribuiu renda e não concentrou, dignificou o trabalho e democratizou a propriedade da terra. Além disso, a gestão dos trabalhadores de Catende criou um modelo de produção de açúcar e álcool totalmente diferente do que existia no Brasil desde a Colônia, que é a articulação decommodities com a agricultura familiar.

A luta por autogestão em Catende inicia-se, portanto, em 1993, quando em meio à suposta crise da usina, 2.300 trabalhadores do campo foram demitidos. Essa demissão coletiva promoveu a intensa insatisfação dos trabalhadores, que além de demitidos, não receberam seus direitos trabalhistas e ainda foram pressionados a deixar suas casas, ameaçados de que os sítios seriam destruídos. Desta forma, a luta, a princípio, amparava-se na permanência nas terras e na cobrança de direitos trabalhistas. A organização da luta, com apoio de uma articulação dos sindicatos da região, levou à emancipação de um movimento que pressionou os proprietários através de greves e acampamentos.

Sob pressão e almejando que os trabalhadores que permaneciam empregados não se contagiassem pelo movimento, os patrões fizeram a ameaça de falência a fim de coibir o avanço das reivindicações e enfraquecer a luta dos trabalhadores desamparados, gerando insegurança. Todavia, as reivindicações não cessaram, postergando-se até o fim de 1994, quando os trabalhadores empregados estavam com salários atrasados e não receberam o 13º salário. Esse fato conduziu a um fortalecimento do movimento de resistência dos trabalhadores que estavam desempregados. Soma-se a isso o fato de haver uma euforia política enraizada na vitória eleitoral de Miguel Arraes para o governo do estado de Pernambuco naquele mesmo ano.

Em 1995, sentindo-se ameaçados e avaliando a inviabilidade de manter a produção, os proprietários abandonaram a usina, deixando uma procuração a um administrador para cuidar da empresa por 90 dias. Findo o prazo da procuração, os trabalhadores e os sindicatos⁸ deram um passo até então

⁸ Interessante notar que esta forte aliança entre os trabalhadores e os sindicatos se dá muitas vezes, segundo relatos, por um forte vínculo familiar existente, pois muitos sindicalistas eram filhos de trabalhadores da usina e do campo.

inédito, pedindo a falência da usina. O maior credor da usina era o Banco do Brasil, que firmou a indicação de massa falida. A partir de então, os trabalhadores, buscando a apropriação dos meios de produção através de seus direitos trabalhistas, tomaram o controle da usina e dos engenhos para administrar a massa falida da Usina Catende sob a tutela de um administrador indicado pela justiça, com apoio dos sindicatos.

Os trabalhadores foram readmitidos, porém, os primeiros anos foram muito duros. Tiveram que resistir às dificuldades de reorganizar a estrutura falida de uma empresa que, por mais de um século, explorou a força de trabalho segundo os interesses do capital. Até 1998, viveu-se um momento crítico, em que os trabalhadores sobreviveram muitas vezes da doação de cestas básicas com apoio de ONGs, sindicatos, políticos⁹, associações de bairro, comerciantes locais e outros movimentos sociais. Nesse período de árdua resistência, foram criados núcleos de segurança alimentar, o que permitiu superar essa fase. A partir de 1998 tem início o projeto reestruturador que permitiu a construção da alternativa autogestionária. A princípio, a ideia era organizar os trabalhadores através da forma jurídica de uma cooperativa. Porém, houve resistência, uma vez que a memória sobre cooperativas, que era hegemônica, tinha características negativas, pois, no passado da região, alguns experimentos de cooperativas foram organizados para explorar a força de trabalho de forma extremamente injusta. Isso posto, foi criada a Companhia Agrícola Harmonia, a fim de suceder a massa falida, sendo uma salvaguarda para, quando fechasse o processo de falência, os trabalhadores adquirissem o patrimônio da usina através de seus créditos trabalhistas.

As transformações da produção principiam quando algumas comunidades começam a solicitar terras para plantar cana ou recuperar canaviais que estavam degradados, os quais a administração judicial não conseguia atingir.

⁹ Há relatos de que o então governador do estado, Miguel Arraes, foi até a Usina Catende no início da gestão dos trabalhadores e, vendo aquela determinação, emocionou-se, prometendo ajudar no que fosse possível para que o projeto caminhasse.

Desta forma, foi criado o programa “Cana de Morador”¹⁰. A gestão dos trabalhadores passou a moldar novas formas de produção de cana. Existiam áreas coletivas e áreas familiares de plantio de cana, onde respectivamente se plantava para a garantia de seus salários junto à usina e para galgar algum excedente para as famílias. Neste íterim também se incentivou a diversificação da produção agrícola, a fim de superar o ciclo secular da monocultura.

Essa organização permitiu a melhoria da qualidade de vida na região, possibilitando a disseminação de uma nova cultura de trabalho, apesar de muitas vezes sofrer resistência de alguns grupos de trabalhadores. As decisões eram tomadas no conselho e a pauta de discussão pairava sobre os seguintes pontos: “1) recuperar a estrutura produtiva para manter e gerar novos empregos; 2) erradicar o analfabetismo; 3) erradicar a fome nos períodos de entressafra da cana de açúcar; 4) implantar soluções inovadoras de produção e de gestão” (NASCIMENTO, 2005).

Com a ascensão do PT à Presidência da República, após 2003, como não avançava o processo falimentar, iniciou-se um conjunto de desapropriação dos engenhos para fins de reforma agrária. Com isso, para melhor organizar a produção no campo foi criada, em 2004, a Cooperativa Harmonia, possibilitando o acesso ao crédito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para desenvolver a agricultura, o que gerou impacto positivo na produção agrícola e melhoria nas condições de trabalho no campo. Nesta fase, um novo administrador indicado pela justiça com apoio dos trabalhadores, oriundo da luta pelo programa “Cana de Morador”, passa a tomar a frente na Usina. E como não poderia deixar de ser, a cooperativa gerou muita discordância entre os trabalhadores, que, todavia, seguiram determinados.

¹⁰ Para perceber o impacto do projeto Cana de Morador, é possível notar que a primeira comunidade que solicitou áreas para o plantio fora Balsamo Galinha, onde morava o trabalhador que posteriormente se tornou o administrador, indicado pela justiça, da Usina Catende.

Os anseios dos trabalhadores estavam enraizados em dois pontos principais: a segurança alimentar e a garantia do trabalho. Prospeçtava-se uma nova forma de cidadania e almejava-se a emancipação da classe trabalhadora, com moradia decente, preocupada com a questão ambiental e com a relação com as cidades.

Apesar de essa luta ter sucumbido por diversas questões políticas e até climáticas, devido a uma enchente que destruiu a hidrelétrica da fábrica, dois grandes entraves apresentaram-se ao longo do período. O primeiro foi a longa espera por uma resolução judicial quanto à propriedade da usina. O segundo é referente à produtividade, porque a produção em Catende permanecia intensiva em trabalho, dado que os terrenos da região não são propícios para a utilização de grandes colheitadeiras, por serem muito acidentados, enquanto em outras regiões a produtividade da cana se acelerou com a intensificação do capital na produção em terrenos planos.

Em 2012, quando as atividades da Usina Catende foram encerradas, ficaram na história quase duas décadas de aprendizado operário e a região foi drasticamente castigada pelo desemprego. Hoje, boa parte dos trabalhadores migrou para outras regiões em busca de trabalho e as cidades estão esvaziadas, entretanto, a memória da experiência de Catende ainda paira sobre a região, somando-se aos eventos passados que fizeram da Zona da Mata um local de contestação e resistência contra a opressão.

Considerações Finais

As experiências de ERTs são um fenômeno que faz parte de um processo particular que abarcou de forma mais significativa os países onde o processo de desindustrialização transformou radicalmente a estrutura produtiva, como no caso do Brasil e da Argentina, onde foi e é mais decisiva. Portanto, para entender as ERTs, é preciso localizá-las em um processo de reação operária frente à degradação das condições de trabalho promovida

pelo avanço da condição neoliberal em países subdesenvolvidos com algum nível de indústria pré-estabelecido.

Isto quer dizer que este modelo de resistência dos trabalhadores tem seus limites vinculados a um processo histórico que hoje praticamente está completo, dado que o retrocesso que encaminhou estas economias à reprimarização produtiva, a fim de se integrarem nas chamadas cadeias globais de valor, praticamente já devastou qualquer indústria autônoma que porventura sobrevivesse na região. Portanto, as ERTs, como conceituado aqui, parecem não ser um modelo com espaço para repetição em outras experiências de falência de empresas no período histórico que se segue, dado que a sobrevivência de uma empresa hoje depende de sua completa integração no âmbito do capital global, o que restringe reações semelhantes às que configuram as ERTs.

Todavia, isto não quer dizer que os trabalhadores não voltarão a ocupar os meios de produção em algum momento no futuro. Por isso a importância de compreender as características das ERTs, uma vez que o operário em experiências que ousaram inverter a lógica de reprodução do capital, ao menos internamente a uma empresa, constitui um passo no sentido da conscientização de classe dos trabalhadores em busca de sua emancipação, pois os permite compreender que há possibilidades de produzir a partir de uma lógica alternativa ao modo hegemônico de produção.

O fato de as ERTs estarem sujeitas à dinâmica do mercado, incontornável e imprevisível, é decisivo em suas trajetórias, porque a necessidade de vender a mercadoria produzida pressiona a associação dos trabalhadores a reproduzir a lei do valor. Assim como os capitalistas, que no gerenciamento de sua parcela do capital, dada a condição de concorrência do mercado, são compelidos a reproduzir a lógica do sistema, essa mesma concorrência obriga os trabalhadores a se tornarem algo como capitalistas de si próprios. A lei do valor permanece inalterada. Assim como nas empresas geridas por capitalistas se produz com fins mercantis, na empresa gerida pelos

trabalhadores não é diferente, e isto significa que as ERTs estão limitadas desde sua concepção por sua condição inerente ao mercado.

Os estudos de caso apontaram essas características centrais, logrando longas trajetórias de resistência, entretanto, sempre sujeitas às instabilidades da inserção no mercado e limitadas pela necessidade de sobreviver em meio a essas contradições. Além disso, dado que as ERTs configuram uma estrutura produtiva constituída sobre uma planta não interessante ao capitalista, sua produção permanece estabelecida sobre um padrão técnico pouco dinâmico, o que quer dizer que a concorrência do mercado, que caminha intensamente atrás da elevação da produtividade, tornará inviável a manutenção da produção nas ERTs em algum momento.

Talvez por isso, como no caso da experiência da Flaskô, dada a inevitabilidade da concorrência do mercado, haja o intento da estatização da fábrica enquanto meio de produção que tem sua função social a ser cumprida. Todavia, a estatização também encontra contradições decisivas em sua concepção, tendo em vista que o Estado não está dissociado do mercado. Os trabalhadores do setor público, assim como os assalariados dos capitalistas, estão sujeitos a uma dinâmica produtiva alheia aos seus interesses, uma vez que o caráter capitalista do Estado se alicerça dentro das condições de interesse geral do capital. Isso leva à compreensão de que mesmo sob condição de empresa do Estado, a empresa não deixaria de estar sujeita às regras do mercado, o que não eliminaria as contradições de sua existência.

A Revolução, que poderia ser almejada no passo dos trabalhadores ao gerir a empresa onde reproduzem suas vidas, encontra sua barreira intransponível no mercado. Aos trabalhadores que almejam sua emancipação enquanto classe, muito além de tomar o controle da produção em unidades produtivas isoladas, cabe sistematicamente disseminar seu conhecimento operário a ponto de se permitir a emergência de suas demandas dentro do poder político. Por enquanto, o motor da luta é o combate à miséria.

Referências

- BACCHI, Sérgio. *La crisis final del capitalismo*. Santiago do Chile: Ernesto Carmona, 2008.
- CASTRO, Fabio S. M. *Autogestão no Brasil: um olhar a partir de casos de empresas recuperadas pelos trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2015.
- DAL RI, Neusa M. & VIEITEZ, Candido G. *Trabalho associado: cooperativas e as empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- HENRIQUES, Flávio Chedid. *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- HENRIQUES, Flávio Chedid et alii. *Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NASCIMENTO, Claudio. *Do “Beco dos Sapos” aos canais de Catende: Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias*. Brasília: Senaes, 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF0BC7F11434/prog_becosapos.pdf>. Acesso em: 10/06/2015.
- NOVAES, Henrique T. “Las bases del socialismo autogestionario: la contribución de István Mészáros”. In: HARNECKER, C. P. *Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba*. La Habana: Caminos, 2011.
- RUGGERI, Andrés. *¿Qué son las empresas recuperadas? Autogestión de la clase trabajadora*. Buenos Aires: Continente, 2014.
- SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.